ATA DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO PLANO DECENAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA (2020-2030)
COMITÊ AMPLIADO
DATA: 20 de ABRIL de 2022
INÍCIO: 09h30 - FIM:11h:30min
1ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2022

Pauta:

1. Apresentação da SEPIN – Secretaria Executiva da Primeira Infância sobre as ações executadas do PMPI (2022) – I Relatório de Monitoramento e Acompanhamento do Plano Decenal para a Primeira Infância do Recife;

2. Apresentação do GT Comitê Ampliado de Monitoramento e Avaliação – do Produto: Elaboração da Minuta do Regimento Interno do Comitê.

Equipe Administrativa COMDICA assessoramento:
Aurely Macedo – Técnica Sociopedagógica / Psicóloga
Angélica Araújo – Assessora de Comunicação / Jornalista
Luiz Eduardo – Assistente de Comunicação
Equipe Administrativa COMDICA participante:
Roberta Sartori - Técnica Sociopedagógica / Pedagoga
Iêda Acioly - Técnica Sociopedagógica / Assistente Social
Liliam Tomaz - Técnica Sociopedagógica / Assistente Social

MEMBROS DA COMISSÃO PMPI COMDICA (Resolução 050/2021)	FUNÇÃO
Cláudia Soares Magalhães Ribeiro Freitas	Conselheira Titular GOV – Secretaria de Saúde
Paulo Germano Frias	Conselheiro Suplente GOV – Secretaria de Saúde
Eduardo Paysan Gomes	Conselheiro Titular GOV – Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas;
Ana Cristina B. Cavalcanti Avellar	Conselheira Titular GOV – Secretaria de Educação
Hemi Monique Vilas Bôas de Andrade	Conselheira Titular OSC – Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco - CIEE
Juliana Accioly Martins Nascimento	Conselheira Suplente OSC – Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social - CENDHEC
Maria de Lourdes de Sousa	Conselheira Titular OSC – Casa Menina Mulher
MEMBROS DO COMITÊ AMPLIADO PMPI	**REPRESENTAÇÕES**
Solidade Menezes Cordeiro	Rede Estadual pela Primeira Infância de Pernambuco – REPI/PE
Necy José do Carmo Soares	Conselho Tutelar da RPA 01
Sem indicação de representação	Conselho Tutelar da RPA 02
Sem indicação de representação	Conselho Tutelar da RPA 03 A
Sem indicação de representação	Conselho Tutelar da RPA 03 B
Lucas Peixoto da Silva	Conselho Tutelar da RPA 04
Thiago Carvalho	Conselho Tutelar da RPA 05
José de Souza Ferraz Neto	Conselho Tutelar da RPA 06 A
Sebastiana Maria dos Prazeres	Conselho Tutelar da RPA 06 B
Dr. Geraldo de Azevedo Nóbrega	OAB – Comissão Criança e Adolescente
Emmanuelle Christine Chaves da Silva	NINAPE – UFRPE
Valéria Nepomuceno Teles de Mendonça	GECRIA – UFPE
Sem indicação de representação	CRESS 4ª REGIÃO
Sem indicação de representação	CRP 2ª REGIÃO
Francisca Graças de Jesus **Madalena Fuchs**	FÓRUM DCA RECIFE
Luciana Lopes de Vasconcelos Lima	SEPIN – SECRETARIA EXECUTIVA DA PRIMEIRA INFÂNCIA
Aliria Thaísa Monteiro Costa **Pedro Henrique Wanderley Silva**	Associação das Auxiliares de Desenvolvimento Infantil - ASSADIR
Ivanete Paulino Tavares **Ana Paula do Carmo de Santana**	Associação das Redes de Escolas Conveniadas
Sra. Vereadora Ana Lúcia do Rêgo Ferreira	Câmara Municipal de Vereadores do Recife
Sr. Vereador Ivan Vasconcellos de Moraes Filho	Câmara Municipal de Vereadores do Recife
Jane Santos	UNICEF – Escritório Recife

Bernadeth de Lourdes Gondim	CDC – Centro de Desenvolvimento e Cidadania – OSC
ROSIGLAY CAVALCANTE DE VASCONCELOS	Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente – DPCA
Sem indicação de representação	DEFENSORIA PUBLICA DE PERNAMBUCO
Sem indicação de representação	COORDENAÇÃO DA INFANCIA E JUVENTUDE – CIJ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO – TJPE
Sem indicação de representação	CMAS – Conselho Municipal da Assistência Social
Sem indicação de representação	COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar
Sem indicação de representação	CMS – Conselho Municipal de Saúde
Isaac Machado de Oliveira **Fernando José Félix da Silva**	CME – Conselho Municipal de Educação
Susana Azevedo Machado de Mesquita	Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Fabíola Cavalcanti Maciel	**Gerência da Pessoa com Deficiência**
CONVIDADOS/AS DA REUNIÃO	**REPRESENTAÇÃO**
Luciana Lopes de Vasconcelos Lima **Mariana Mickaela Oliveira Alves de Souza** **Bruna Eloise**	**Secretaria Executiva da Primeira Infância - SEPIN** **Secretaria de Planejamento e Gestão e Transformação Digital - SEPLAGTD**
xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx

Síntese de memória da reunião

Iniciada a primeira reunião do Comitê Ampliado de monitoramento do Plano Municipal Decenal da Primeira Infância, às 09:00h, com abertura de sala virtual pela equipe de comunicação do COMDICA Recife, e sequencialmente repasse de orientações técnicas sobre o uso da sala, ferramentas da plataformas e tempo de fala para cada participante. A técnica de apoio e assessoramento Aurely Macedo, por problemas no deslocamento não pode fazer a explanação inicial da pauta da reunião para todos e todas presentes, e assim o fez Eduardo Paysan.

Ainda nesta perspectiva o presidente do COMDICA Recife Eduardo Paysan fez uso da palavra para dar as boas-vindas e condução da rodada de apresentações, mencionado em sequência a ordem da pauta do dia com menção e facultando a palavra para a Sra. Luciana Lima – Secretaria Executiva da Primeira Infância.

Durante as participações houve exibições de slides/guias com a apresentação dos dados presentes no 1º Relatório de Execução do Plano Municipal da Primeira Infância. Em cada respectivo ponto de pauta houve a exibição dos mesmos que seguem em anexo a esta ata.

Primeiro ponto da pauta: Regimento do Comitê Ampliado PMPI / Consultoria Especializada;

Este ponto de pauta não foi discutido ficando a reunião ficou centrada no segundo ponto de pauta. A presente pauta será debatida na próxima reunião do Comitê Ampliado com previsão de realização para 24/05/2022 conforme despacho da Comissão Primeira Infância em reunião realizada em 04/05/2022.

Segundo ponto da pauta: PMPI (2020 - 2030) – Consulta ao Comitê Ampliado sobre proposta de organização do Plano de Monitoramento e Avaliação / Consultoria Especializada;

Antes do início da explanação da pauta, Eduardo Paysan, sugere um tempo de 30min para a apresentação da SEPIN e na sequência abertura das inscrições para ordem de fala e após um breve contexto, partimos para a apresentação da Sra. Secretária Executiva – Luciana Lima.

Antes da apresentação, Luciana informa que o I Relatório de Monitoramento e Acompanhamento do Plano Decenal para a Primeira Infância (Infância Recifense em Primeiro Plano) foi entregue para o COMDICA nas versões físicas, e, o mesmo também está disponível em versão PDF para ampla divulgação. Que esse primeiro relatório foi um presente para a cidade, assim como todos os presentes entregues à cidade através do PMPI como frutos dos trabalhos que são realizados diariamente.

Ela destaca que o relatório foge um pouco dos aspectos tradicionais, pois ele traz em si leveza na sua redação, e embora não apresente gráficos, apresenta dados ricos e numa perspectiva lúdica na escolha das cores, nesse universo infantil, onde cada cor sinaliza um eixo do PMPI.

Essa primeira apresentação trará aspectos teóricos do plano e na sequência a Sra. Bruna da SEPLAG que atua mais diretamente no eixo – Governança, vai apresentar os gráficos número a número de cada secretaria e do acompanhamento das ações realizadas. Salienta que este se trata de um Plano Municipal Decenal, tendo o seu primeiro relatório dos trabalhos realizados em 2021.

A Sra Luciana, antes de realizar a apresentação sobre o I Relatório de Execução das Ações do PMPI, relata outras ações que estão acontecendo na pauta Primeira Infância e que de uma forma ou de outra fazem parte do relatório, porque de certa maneira vão além do PMPI Recife.

1) Vinda da Rede Nacional Primeira Infância com sua Sede para Recife/PE;

2) Março/2022 Realização de Seminários sobre o brincar com o tema – A importância do Brincar pela Universidade de Cambridge, e Recife se destacou como ***case*** de sucesso, através de Ana Luiza Coladrosque, sendo esta a única brasileira a palestrar naquela Universidade de Cambridge, e a mesma apresentou vários cases dentro do mundo e dos estudos de Harvard.

3) Convite realizado a SEPIN para ser co-autora de uma plataforma de gestores para a primeira infância da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal;

Luciana, destaca que todas essas informações são importantes para ressaltar a importância da visibilidade de Recife como destaque em Primeira Infância nos níveis nacional e internacional e assim já se reconhece Recife como uma cidade que está se preparando bem para a Primeira Infância, e, isso é muito feliz para a SEPIN, destaca Luciana.

A partir deste ponto se inicia a apresentação do I Relatório de Execução do PMPI que traz como tema: Infancia Recifense em Primeiro Plano. ***(o conjunto de slides está em anexo)***

No primeiro Slide – aparecem os 02 (dois) marcos legais que dão base ao I Relatório PMPI (2021), sendo estes: Marco Legal da Primeira Infância do Recife (2018) e Plano Municipal Primeira Infância (2020).

Reflete sobre o período de 2020 a 2021 a pandemia do COVID 19 e do processo de acompanhamento junto a cada secretaria, e isto vem ocorrendo no dia a dia. Luciana, destaca que toda gestão está bastante comprometida com a Primeira Infância.

O relatório PMPI foi dividido em 05 (cinco) eixos no mesmo formato que se apresenta o próprio PMPI em seus eixos: Direito à Assistência Social e Direitos Humanos / Direito à Educação e Cultura / Direito ao Espaço Urbano / Direito à Saúde – Todos contidos no eixo – Governança e Intersetorialidade onde entra a SEPIN e a SEPLAG / TD Secretaria de Planejamento e Gestão e Transformação Digital, estabelecendo os eixos por cores, para facilitar a leitura, o documento apresenta dados das ações do ano 2021.

1) Eixo Direito à Educação e Cultura:

- Laboratório de Formação da Primeira Infância;
- Centro de Referência da Primeira Infância – CRIAR;
- VII Semana do Bebê Recife;
- Programa Unidade Amiga da Primeira Infância – UAPI;
- Programa Infância na Creche;

O Laboratório da Primeira Infância está com agenda firmada junto ao COMDICA e o mesmo encontra-se em pleno funcionamento. O laboratório em tela foi apresentado em formato virtual e agora o COMDICA terá a oportunidade de participar de modo presencial. Em linhas gerais é um espaço formativo, que apresenta para quem trabalha com a primeira infância a importância da interatividade, isto porque o laboratório é ambientado de forma lúdica, o mesmo fica localizado no Centro de Formação de Professores Professor Paulo Freire, loaclizado na Madalena.

O foco do Laboratório da Primeira Infância é atuar nos marcos de desenvolvimento infantil presentes na Caderneta da Criança fornecida pelo Ministério da Saúde e o laboratório refererido traz a importância da leitura tal como as contações de histórias, ações em defesa da garantia da vacinação das crianças. Sendo este equipamento o carro chefe desse primeiro ano de execução do PMPI, e a demanda foi tão grande que o equipamento esta em fase de expansão e assim haverão muitos outros laboratórios de formação pelos territórios da cidade de maneira descentralizada.

Em agosto/2021 foi dada uma Ordem de Serviço para o primeiro Centro de Referência da Primeira Infância – CRIAR e que vão trazer os serviços concentrando atendimentos para a Primeira Infância no equipamento, haverá atendimento especializado, bebeteca, Espaço Mãe Coruja, área verde com espaços ao ar livre para brincar, audiodescrição, libras e toda a acessibilidade que as crianças com deficiências possam integrar-se.

Existe um apoio financeiro da Fundação Bernard Van Lee, com o intento de querer trazer o melhor para a primeira infância e as referências do CRIAR podem ser multiplicadas para todo o Brasil, para que todas as infâncias tenham esse direito que a infância do Recife, que está em fase de construção e ficará localizado nas dependências do COMPAZ Miguel Arraes na Caxangá, atendendo crianças e profissionais de forma rotineira, além das creches, todos os atendimentos por agendamento e também aos usuários espontâneos do COMPAZ que também terão acesso aos serviços.

Haverão ainda outros Centros de Referências da Primeira Infância – CRIAR e todos esses serão descentralizados.

Sobre a VII Semana do Bebê, Luciana destaca que até o ano de 2019, a Semana do Bebê aconteceu de modo presencial realizando cerca de 1.200 (mil e duzentas) ações, e após a pandemia, muitos parceiros da Semana do Bebê passaram a se tornar Embaixadores da Primeira Infância; no ano de 2020 aconteceu a primeira semana do bebê em formato online, em 2021 o formato foi híbrido conforme se apresenta no relatório, e neste momento estão sendo realizadas as ações preparatórias para a VIII Semana do Bebê (2022) também em formato híbrido. Em síntese a Semana do Bebê é uma mostra do que se têm realizado para a primeira infância no município do Recife, prevista para ocorrer entre 30/05/2022 a 05/06/2022.

Houve ainda a assinatura junto com o UNICEF do programa Unidade Amiga da Primeira Infância – UAPI que são algumas unidades de saúde e educação ficando disponibilizadas para investimentos e avaliações do UNICEF para que no final de 18 (dezoito) meses, tenhamos um selo em forma de reconhecimento do UNICEF que aquela Unidade é amiga da Primeira Infância. Hoje existem cerca de 12 (doze) unidades da saúde e 03 (três) unidades da educação, que estão nesse investimento do UNICEF; essas unidades estão sendo escolhidas, tanto por escolha da gestão como também por aderência das unidades e posteriormente que outras pastas sejam acolhidas ao programa, tais como: Assistência Social, Segurança; para que se crie uma cidade amiga da primeira infância.

Por último, o Programa Infância na Creche que foi o maior investimento da Educação na história do Recife para expansão de vagas de creches. Tínhamos no início da gestão meados de 2020 cerca de 6.900 (seis mil e novecentas) vagas de creches e o Executivo atual assinou esse programa para dobrar até o ano de 2024 a quantidade então serão mais 7.000 (sete mil) vagas e não só por quantidade, mas também por qualidade.

2) Eixo Direito à Saúde:

- Programa Mãe Coruja;
- Protocolo de Atenção Básica do Recife;
- Lei do Agosto Dourado;

O programa Mãe Coruja é um modelo no Brasil e mundo, e se trata do acompanhamento da criança já no período da gestação, nas questões afetivas, no acompanhamento pré-natal, entrega de kits enxoval. Estabele ainda uma parceria com a Fundação Bernard Van Lee. Houve a entrega de 03 (três) espaços, totalizando 19 (dezenove) espaços que atendem 44 (quarenta e quatro) bairros;

O Protocolo de Atenção Básica do Recife com atenção voltada ao pré-natal, parto e puerpério;

Foi assinado em 2021 a Lei do Agosto Dourado, que é uma lei de incentivo ao aleitamento materno. Prioridade para a garantia do aleitamento materno, em substituição aos alimentos artificiais, até para as crianças que cujas mães não puderem amamentar, tenham também acesso ao leite materno de outras lactantes.

3) Eixo Direito à Assistência Social e Direitos Humanos:

- Programa Geração Afeto;
- Fortalecimento da Primeira Infância no SUAS;
- Semana Municipal do Brincar;

Luciana começa apresentando o programa Geração Afeto, que foi iniciado depois de uma pesquisa da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal que perguntava para as mães: O que é importante na educação do seu filho/a? Várias mães, falaram da educação, saúde, alimentação saudável, mas apenas 12% falaram de afeto e o que foi percebido foi a ausência de algo tão importante que é dar carinho aos filhos.

O geração afeto foi um programa pensado para dialogar com as mães sobre afetividade com seus filhos/as, em outras formas de demonstrar amor e muitas vezes a mãe não sabia que afeto era algo importante**,** e isso não era por intencionalidade, mas por ausência de recebimento de afeto ela mesma na sua própria infância, ou não ter sido orientada para isso. Assim o programa não visa responsabilizar negativamente a mãe, mas acolher e dar novos caminhos e possibilidades, ressignificando essa educação.

Primeira Infância no SUAS – Programa Criança Feliz do governo federal e que vem diminuindo os recursos para os munícipios; este programa é de suma importância portanto, a diminuição de recursos é lamentável, mas salienta-se que o município mantém todos os investimentos fortalecendo esse programa desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas.

A semana do brincar também disposta em lei pois a criança deve ter a oportunidade de brincar e é um direito próprio da criança. A semana do brincar é desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas, mas que atua na perspectiva de intersetorialidade, trazendo todo engajamento da prefeitura, sendo as ações do ano 2021 desta semana realizadas com muito afinco.

4) Eixo Direito ao Espaço Urbano:

- Núcleos de Primeira Infância na rede de Bibliotecas pela Paz;
- Rota da Primeira Infância no Programa Mais Vida nos Morros;
- Formação continuada sobre os projetos de mobilidades focados na Primeira Infância;
- Praça da Cidade das Águas (praça na Ilha de Deus em parceria com Globo e Erê-Lab);
- Praça da Árvore COMPAZ Eduardo Campos;
- Ampliação da Ciclofaixa Recife;
- Lançamento da Liga da CTTU;
- Parque das Graças;

Neste eixo, destaca, Luciana que várias secretarias estão envolvidas, atribuindo a CTTU a ênfase ao envolvimento direto a muitas das ações desenvolvidas, conforme as que estão listadas acima.

Houve a inauguração da primeira parte do Parque das Graças, com avaliação muito positiva pela sociedade, o nome será – Parque Capibaribe quando concluído.

Menciona que a Praça da Cidade das Águas também está bem bonita e está localizada numa comunidade pouco conhecida pelo Recife que é a Ilha de Deus e que possui a maior parte da população formada por mulheres marisqueiras.

Menciona ainda os espaços dentro das unidades do COMPAZ voltadas para a Primeira Infância. A praça da árvore que vislumbra atender aos critérios do Urban 95, que é a construção de uma cidade pensada na altura de uma criança na primeira infância, isto é, 95cm.

Expansão do Programa Mais Vida nos Morros que vem apresentado na Rota da Primeira Infância.

Por fim o **5) Eixo – Governança e Intersetorialidade:**

Monitoramento através dos Comitês Gestor / Executivo e Ampliado;
Fortalecimento das Políticas Intersetoriais da Primeira Infância;

Este eixo é acompanhado pelas secretarias da Primeira Infância e Planejamento e Gestão, ambas ficam encarregadas de fazer monitoramento das ações do plano através do Comitês Executivo que é o corpo técnico da prefeitura do Recife, são as pessoas que colocam a mão na massa no dia a dia, onde borbulha a criatividade e são feitas as trocas de ideias.

O comitê Gestor que é encabeçado pelo prefeito e seus secretarios/as e o Comitê Ampliado que a SEPIN participa como convidado, mas que é encabeçado pelo próprio COMDICA.

Este eixo é responsável pelo fortalecimento das políticas intersetoriais da Primeira Infância. A SEPIN é a responsável em realizar essa ponte com as demais secretarias, além da execução de suas próprias tarefas, a mobilização das demais secretarias visa a integração de todas na pauta Primeira Infância.

Ao término da apresentação, Luciana faz a leitura de uma citação de Paulo Freire:

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir!

Agradece a atenção do Comitê Ampliado em nome da equipe da SEPIN e Prefeitura do Recife. Eduardo Paysan agradece pela apresentação e destaca que o tempo é curto para tantas informações que foram apresentadas, mas que é preciso garantir no tempo a participação do grupo presente, para que possam contribuir e/ou dialogar sobre os dados do primeiro ano de execução do PMPI (2020-2030).

Na sequência temos a continuidade da apresentação sobre o Monitoramento do Plano Municipal da Primeira Infância (2020-2030), a partir da SEPLAG / TD – Secretaria de Planejamento e Gestão e Transformação Digital com Bruna Eloise que compõe a equipe da SEPLAG/TD na Gerência de Gestão por Resultados e na ocasião da reunião faz a representação de Teófilo Queiroz (Téo) que é da Gerência de Monitoramento.

Na apresentação da SEPLAG serão apontados os números que traduzem as ações apresentadas, e que os números são animadores sobretudo quando se trata de um plano decenal.

Foi compartilhado para os participantes slides com os dados quantitativos do PMPI:

21 Secretarias envolvidas;
05 eixos estratégicos;
266 ações propostas;

Diante disto, Bruna destaca como é importante ter uma sistemática forte de execução desse plano,especialmente quando se pensa na intersetorialidade das 21 (vinte e uma) secretarias envolvidas que ora trabalham especificamente nas suas ações, ora conversam com as demais.

É da incubência da SEPLAG fazer com que o PMPI saia do papel para uma prática e fazendo articulações entre essas secretarias, atuantes nos 05 (cinco) eixos. Olhando para o Plano a SEPLAG junto as demais secretarias observam se as ações estão acontecendo, o que precisa ser desenvolvido, ou se será preciso voltar ao plano, a isto, nomeia-se ciclo PECA – Planeja / Executa / Checa e Age.

Nesta reunuão do Comitê Ampliado a SEPIN / SEPLAG vem apresentar um copilado do desempenho da execução do plano.

No slide seguinte – Definição dos Pontos Focais para o Monitoramento; Bruna apresenta:

Ações 266 - Secretarias 21 - Pontos Focais 10

Estrutura de acompanhamento, com os responsavéis listados por pastas municipais:
Teófilo Queiroz – SEPLAGTD
Daniele Miranda – SEDUC
Lúcia Ferraz – SEHAB
Marco Raposo – SMAS
Márcia Ribeiro – SESAU
Silma Dias e Rosângela Fontes – SDSDHJPD
Mariela Garat – SEPUL
(Não foi possível identificar o nome da pessoa na apresentação) – SECULT

Bruna, destaca que todas as informações repassadas foram validadas em cada uma das secretarias.

Apresenta o panorama geral do plano:

No gráfico de rosca à esquerda apresentam as seguintes informações: São 266 ações em verde temos 105 já concluídas, em azul 56 ações a iniciar (olhando para a perspectiva do ano 2021 muitas ações foram iniciadas) as que estão em andamento são 58 e aparecem em amarelo e as ações que não foram iniciadas somam-se 23 e no ano de 2021 estas que aparecem em preto foram repactuadas. Bruna diz, que as ações não iniciadas se atribuem problemas técnicos.

Na avaliação da SEPLAG a execução do PMPI está indo muito bem se olharmos para perspectiva dele enquanto um Plano Decenal. E outras 80 (oitenta) ações que seguem seu fluxo normal para serem desenvolvidas ao longo dos anos.

A partir deste ponto a apresentação trará ações por secretarias, olhando para os pontos focais e Bruna convida aos/as presentes a participarem colocando perguntas, impressões e outras falas referentes aos dados. Com relação aos detalhamentos, a SEPLAG destaca que não se adentrará diante do tempo de fala, e também pode haver a pactuação da apresentação destes dados em outros momentos com o Comitê Ampliado, numa nova reunião.

As perguntas podem ser anotadas também, para o momento final a apresentação, as telas abaixo foram apresentadas em síntese apenas a leitura da legenda dos gráficos, sem detalhamentos.

1) **Secretaria de Educação:**

2) Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos,Juventude e Política sobre Drogas

COMDICA

3)Secretaria de Meio Ambiente:

4) Secretaria de Habitação:

5) **Secretaria de Políticas Urbanas e Licenciamento:**

6) **Secretaria de Cultura:**

7) Secretaria de Saúde:

8) Secretaria de Planejamento e Gestão:

Das ações repactuadas, ao que se refere a SEPLAG Bruna, faz leitura de algumas atualizações repassadas por Teófilo também da SEPLAG:

Sobre a ampliação da licença maternidade pela Prefeitura do Recife, Secretaria Executiva de Administração de Pessoas que é a SEAD já elaborou a minuta do Projeto de Lei e que deverá submeter a PGM – Procuradoria Geral do Munícipio para a validação. Após a validação da PGM, deverá seguir para a Câmara dos Vereadores para votação.

O restante das ações são ações voltadas para o relatório de resultados e ações de governança que são realizados no desenvolvimento que a própria SEPLAG faz junto às secretarias envolvidas no plano.

De forma geral sobre as ações que estão com status de repactuadas, Teófilo sinaliza que a SEPLAGTD está levantando junto aos pontos focais das demais secretarias os orçamentos necessários para a execução de cada ação no intuito de garantir nos orçamentos anuais para sua execução.

Bruna finaliza a sua exposição agradecendo a todos e todas.

Neste ponto em diante, se abre o momento das perguntas, com orientação de Eduardo, para inscrição de falas de até 3min, e caso o/a participante deseje um tempo amior pode fazer nova inscrição, separando as perguntas por blocos de 03 (três) perguntas ou comentários garantindo o rodízio e democratização das falas que serão direcionadas ora para a SEPIN ou SEPLAG:

Juliana do CENDHEC (conselheira titular COMDICA): Agradece a SEPIN e SEPLAG pela apresentação. Considera o tempo da reunião inapropriado talvez, pensando num encontro de 01 (um) dia tanto para a apresentação do relatório, também como para um maior fluxo de debate. Destaca primeiramente que sente falta de indicadores, já temos um plano numa dimensão de diagnóstico que podem trazer esses indicadores. A apresentação me trouxe um lugar de preocupação desse espaço ser apenas um receptor de informações que chegam da execução da SEPIN e Prefeitura e que o Comitê Amplaido não consiga fazer o seu monitoramento baseado em dados e indicadores e algumas mudanças de realidade.

Salienta que tem muitas coisas para pontuar no relatório, mesmo sem ter tido acesso as ações ou indicadores ou outras dimensões. Sente falta de dados ligados aos impactos da pandemia do COVID 19 principalmente no universo da educação de que forma isso foi minimizado em ações mitigadoras nesse sentido.

Nas ofertas de vagas nas escolas, evocando as provocações dos conselheiros/as tutelares do Recife que podem abordar isso. Inclusive de solicitação a SEDUC sobre a oferta de vagas e não há uma resposta para o próprio COMDICA, ofícios já foram enviados e reiterados.

Dentro ainda da educação foram apresentados alguns programas que parecem legais, mas não percebemos informações como: área de abrangência, impactos e outras questões.

Chama a atenção para o Programa Infância na Creche cuja participação do COMDICA em reunião pública da Comissão de Educação no plenarinho da câmara de vereadores em abril/2022 e lá houve apresentação desse programa e essa pontuação vem sido feita pelo CENDHEC desde a época da aprovação do plano decenal com esses conveniamentos e também das parcerias público x privada para estarmos trabalhando a educação infantil.

Quando o programa foi apresentado ficou muito claro a predisposição da prefeitura do Recife de estar terceirizando ou privatizando a educação infantil e é preciso discutir isso de uma forma mais ampliada dentro desse comitê, nele existem pessoas que estão acompanhando de forma mais eficaz todo o impacto que isso irá gerar. Solicita um maior debate sobre essa demanda.

Em relação a infância no SUAS e em outras ações de que forma a prefeitura implementou recursos nessas ações no ano de 2021 e para o ano de 2022, considera de suma importância esse retorno.

E diz que a incomodou um pouco o trabalho com gráficos a respeito de ações que foram concluídas, repactuadas ou em andamento onde o Comitê não tenha noção de que ações são essas. Existem um quantitativo de ações com um número, e sem saber de que forma elas foram elaboradas; se baseadas no diagnóstico que está no PMPI e mesmo no planejamento que acredito que tenha desses 10(dez) anos, pelo menos anualmente deve existir esse planejamento.

Observa, Juliana: não vejo sentido em trabalhar um monitoramento sem estar trazendo um ponto de partida. Dentro da comissão primeira infância do COMDICA se vem discutindo isso sobre a necessidade de se construir indicadores dentro do Comitê Ampliado para se fazer esse monitoramento desse plano, assim, a própria SEPIN ou outras secretarias, possuem seus próprios dados de monitoramento e de indicadores que eles/as precisariam estar apresentando também para o comitê ampliado.

Um momento como esse, apenas receptivo sem o mérito das análises fica vazio. Finaliza sua fala.

Alíria (ASSADIR): Agradece a participação de todos os membros e da secretaria Luciana. Destaca que o PMPI tem toda um a constituição de projeto de cidade e diz que vem falando isso em vários lugares. A ASSADIR e os ADI's participaram ativamente do processo, não só como educadores da rede, mas como cidadãos e membros atuantes na sociedade na luta pela educação. Destaca que a categoria obteve alguns avanços desde o início dos trabalhos da SEPIN. E estão sentindo um pouco a falta no eixo da Educação na parte de valorização dos profissionais, a categoria dos ADI's está tendo acesso a formações extraordinárias a partir das articulações com toda a equipe da SEPIN com acolhimento receptivo visando a atuação profissional do ADI.

Mas na apresentação, não visualizou questões que foram pactuadas com prazo para o ano de 2021 no que tange a valorização dos auxiliares de desenvolvimento infantil como profissionais da educação e que não aconteceram. Uma delas é a meta 3.3 do eixo da educação (pág 99) que é: Reconhecer através de Lei a valorização da importância pedagógica do trabalho do auxiliar de desenvolvimento infantil da rede mantendo uma formação com carreira compatível com as funções desempenhadas incentivando a elevação do nível de formação desses profissionais.

Essa meta foi pactuada junto e construída coletivamente com a SEPLAG com o COMDICA e infelizmente não vê avanços nessa meta que deveria ser cumprida em 2021 e mão foi. Concorda com Juliana na falta dos indicadores porque facilitaria o acompanhamento pelo Comitê.

De que maneira esses dados estão sendo revisitados, a partir da ótica da pandemia e da crise econômica que está instalada no país? Pois o cenário pode ter modificado bastante.

De toda forma, Alíria destaca que enxerga com alegria e estima tudo o que está sendo feito, e, portanto acredita que vai dar certo e que vai contribuir para a educação infantil e para a cidade. Parabeniza a todas as equipes envolvidas.

Eduardo Paysan SDSDHJPD (Conselheiro Titular COMDICA): Menciona sua felicidade de ter participado de todo esse processo desde a comissão de elaboração do PMPI. Coloca que o plano não é estático, ele é dinâmico e segue de acordo com cada realidade e cada passo foi dado com muito empenho de muita gente envolvida.

Boa parte das pessoas que construíram o PMPI, hoje integram o Comitê Ampliado e agora o desejo é aprimorar o alcance das ações. Recife tem exercido um pioneirismo na área da primeira infância, aprimorando sempre os instrumentos de participação e gestão pública democrática,sabendo dessa atribuição do COMDICA como órgão que formula a política, fiscaliza e faz o controle social, nesse caso aqui no viés da primeira infância.

No ato da elaboração só foi alcançado que o PMPI tivesse ações / prazos e responsavéis definidos, mas já tem se estabelecido diálogos com a área da Urban 95 que tem monitorados vários munícipios através do IFAN, havendo inclusive um diálogo da comissão primeira infância com Luzia Laffite, inclusive iríamos fazer o convite para que o IFAN estivesse presente hoje, 20/04/2022, ela apresentou para a comissão um software que está sendo construido para monitoramento dos planos da primeira infância e dialogou conosco sobre a importância do que Juliana já ressaltou que é o trabalho em cima de indicadores, construir metas e estabelecer um modelo onde possamos identificar o que veremos como prioridade, porque é muita coisa que existe no PMPI, logo, nós precisamos um outro momento com esse comitê ampliado, primeiro faremos uma reunião na nossa comissão primeira infância do COMDICA e tenta já planejar um próximo momento para pensarmos como pode se dá esse processo.

A questão de abrangência, território o próprio PMPI quando traz os indicadores do nosso diagnóstico a preocupação sempre foi, se não é possível universalizar, que as ações cheguem em quem mais precisa, então precisamos identificar quais são as áreas mais vulneravéis para priorizar essas áreas dentro das ações do PMPI, esse já é um indicativo importante.

A parte de orçamento, Eduardo sinaliza que Luciana certamente irá responder,mas já houve um processo dialogado com instituições durante a construção do PPA e já tem as linhas da Primeira Infância no nosso PPA, mas isso ainda não foi para dentro do PMPI, porque ainda não havia sido construído naquela época, houve um avanço em relação a isso.

Geraldo Nóbrega (OAB – Comissão Criança e Adolescente)[1]:

Apresenta inicialmente 02 (dois) informes:

1) Está havendo um processo de diálogo bem avançado entre a OAB e o Juízado da Infância e Juventude para ter uma sala da Ordem no Centro Integrado da Criança e do Adolescente – CICA localizado na Rua: Fernandes Vieira.

2) Sobre outro processo em andamento em relação aos [2]advogados dativos que já existe uma Lei Estadual e estão sendo estabelecidos diálogos entre a OAB e Defensoria Pública para suprir a escassez de defensores do Juízado da Infância.

As perguntas seguem abaixo:

Na área da Educação a esse repasse de recursos para as organizações da sociedade civil. Porque eu percebo que a cidade do Recife ela não teve uma discussão uniforme em relação ao MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil o COMDICA desde o ano de 2017 adota o MROSC que é a vigência que a Lei estabelece para os municípios; mas o que percebo é que isso não aconteceu em outras pastas na cidade do Recife, e exemplifica: O município não tem ainda um Decreto regulamentador da Lei 13.019/2014. Esse processo de transferência de recursos para as organizações da sociedade civil estão sendo regulamentados pela Lei do MROSC?

Ainda em relação a Educação existe uma Ação Civil Pública em Recife do período em que o Sr. Geraldo fazia parte do Conselho Tutelar , onde houve provocação a Promotoria quanto ao Direito à Educação e esta ingressou com Ação Civil Pública para garantir a oferta de vagas. Na época não existia nem o plano municipal de educação, mas hoje se tem como referência a Meta 01 do PME. Gostaria de saber como é que vem sendo o atendimento porque já tem decisão interlocutória nessa Ação Civil Pública, logo, como está sendo o atendimento dessa decisão?

Outra questão diz respeito a deliberação da política educacional. Acompanhei nas redes sociais uma iniciativa do COMDICA muito louvável com os conselhos tutelares para discutir essa questão da oferta de vaga na educação infantil, com isso, nós sabemos que o papel primariamente pertence ao Conselho Municipal de Educação, então, gostaria de saber, já que temos aqui representantes do CME: Como é que está se dando a deliberação da Política Educacional e do Atendimento da demanda e oferta?

[2] não pertence à Defensoria Pública, mas exerce o papel de defensor público, ajudando, por indicação da Justiça, o cidadão comum. O pagamento de honorários não implica vínculo empregatício com o Estado. Fonte: https://www.editoraforum.com.br/noticias/voce-sabe-o-que-e-defensor-dativo-e-defensor-constituido/

No campo da saúde, também acompanhamos a questão relativa a saúde mental de crianças, visto que muitas crianças não possuem ainda o atendimento em execlência nos CAPs do município. E aponta para a conselheira tutelar Necy da RPA 01 possa trazer maiores detalhes. Sou pai de uma criança atípica e quem tem filhos atípicos sabe qual é a dificuldade de conseguir serviços na área da saúde.

E por último, em relação ao CREAS, existe um concurso em andamento para os CREAS mas eu notei que não houve a contratação de advogados e é essencial o papel do advogado nos serviços de referência especializada. É até importante a OAB acompanhar já que o profissional está previsto na Tipificação do SUAS – Sistema Único da Assistência Social e o papel jurídico social é essencial para a proteção de crianças que sofreram violência ou que foram testemunhas de violência. Existe previsão da SDSDHJPD a realização desse concurso?

Bernadeth Godim - CDC – Centro de Desenvolvimento e Cidadania – OSC

Aponta brevemente a necessidade de indicadores por ser muito importante para nós para compreendermos melhor o avanço do plano e o seu monitoramento. Mas também é importante reconhecer o movimento que o município de Recife está fazendo em prol da Primeira Infância, o crescimento dessa discussão de ações claras para o fortalecimento dessa política.

Ela afirma coordenar a nível de Estado o Programa Primeira Infância no SUAS e a realidade não houve a diminuição de recursos, esses recursos do Programa Primeira Infância no SUAS eles são repassados para o município de acordo com as visitas domiciliares que são realizadas e cololcadas no sistema.

Em Pernambuco hoje temos: 179 (cento e setenta e nove) municípios que aderiram ao programa, Recife por exemplo tem uma meta alta, cerca de 1000 (mil), então é importante que em outro momento pudessemos conversar um pouco sobre esse programa, cuja proposta é bem interessante, tem uma base de vistação domiciliar e a intersetorialidade e nós dentro do SUAS atuamos nos aspectos do desenvolvimento infantil e no fortalecimento de vínculos. Por fim solicita esclarecimentos a SEPIN e SDSDHJPD sobre este ponto. E se coloca ao dispor para contribuir.

Ivanete Tavares - Associação das Redes de Escolas Conveniadas

A título de esclarecimento destaca que sentiu falta na fala da secretaria no tópico Infância na creche e que a instituição comunitária que ela representa e que tem parceria de longa data com a SEDUC, cuja rede comunitária também compõe o programa mas que não houve menção da secretaria. A Sra. Ivanete diz que no ano vigente a rede está atendendo pouco mais de 1.400 (mil e quatrocentas crianças) na faixa da educação infantil. E pede esclarecimento quanto a ausência de menção por parte da SEPIN ao longo do relatório.

Outra questão apontada por ela, é a fala do Sr. Geraldo Nóbrega ao citar o MROSC em Recife, destacando que o Estado de PE tem sua própria regulamentação; ela ressalta que essa discussão é antiga e observa que essa regulamentação se faz necessária para que ela enquanto instituição possa atuar de forma mais autônoma e segura nas parcerias que estabelece com o Poder Público, principalmente Recife.

Madalena Fuchs – Fórum DCA

A reflexão da participante parte da necessidade de acesso ao detalhamento. Na apresentação da SEPLAGTD feita por Bruna com o consolidado de ação da execução, ou não, ou parcial das atividades devem ter sidos considerados alguns indicadores para fazer essa medição e eu sinto necessidade de saber: Quais são as atividades que foram consideradas concluídas? Quais estão em andamento? Sem o acesso a essas informações o que temos é só uma conversa e como este é um Comitê de Monitoramento, cabe a necessidade de maior precisão também nessa análise de acompanhar mais de perto essa medição que a secretaria fez na análise da execução ou não das atividades.

Ela coloca que não sabe se esses dados foram encaminhados para o COMDICA, mas sente necessidade de que o Comitê numa próxima reunião possa fazer uma análise mais detalhada desse material para poder emitir uma recomendação a secretaria, considera ser esse o papel do comitê, também.

Encerradas as perguntas do primeiro bloco, e a palavra é facultada para a SEPIN e SEPLAG para as respostas.

A secretaria Luciana faz menção a uma colocação do conselheiro tutelar da RPA 05 Thiago Carvalho no chat e a mesma repassa esclarecimentos referentes a Creche da Ilha de Deus: A empresa que irá realizar o projeto já está licitada e irá iniciar em 2022 as obras é uma das creches que faz parte do Programa Infância na Creche com a ampliação de número de vagas.

Sobre o tópico indicadores e que várias pessoas sinalizaram a questão, Luciana responde: Como nós tivemos (01) um ano de execução e (01) um ano de pandemia iria ficar muito raso se nós tivessemos apresentando indicadores, então estamos apresentando as execuções e as ações e estamos trabalhando em cima de indicadores mas para apresentar com um prazo mais avançado, com amostragens dos resultados.

A SEPIN e SEPLAG tem trabalhado com a gestão na construção de indicadores para avaliação de desempenho principalmente focado nas ações do plano.

Juliana também falou com relação as creches conveniadas e outras pessoas também, então vou encaminhar uma fala geral, o recurso das escolas conveniadas é feito através do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação junto com a prefeitura do Recife o edital foi construído de forma muito minuciosa, então, existem vários critérios de avaliação para todas as creches que vão fazer parte dessa expansão com repasse de recurso público, o edital foi publicado através de uma portaria 585/04 de abril que vocês podem analisar pois está na internet – Edital das Creches Conveniadas.

Ele foi construído com muitos critérios para que a qualidade de ensino seja similar a que estamos propondo na rede municipal da prefeitura do Recife.

Com relação a Primeira Infância no SUAS, Recife é uma das cidades de PE que possui o maior repasse, o que eu quis dizer é que o investimento nacional tem sido cortado com relação aos investimentos de crianças e adolescentes, mas que a prefeitura permanece mantendo esse investimento de trabalho.

Com relação aos recursos da Primeira Infância, Eduardo já adiantou na sua fala, e assim, como a primeira infância está em todas as secretarias, em toda a prefeitura do Recife o recurso faz parte de cada pasta, mas o que fizemos foi o PMPI é o que garante esse planejamento,essa parte teórica e o norte de ações do que devemos fazer em 10 (dez) anos, então essa é a base legal, a parte orçamentária nós colocamos Primeira Infância como um programa dentro do PPA da prefeitura do Recife, esse foi um grande ganho no ano de 2021 e foi justamente garantir a LOA para que todas as secretarias anualmente possam revisar esse PPA e colocar mais ações de Primeira Infância dentro de cada secretaria.

O PMPI tem 266 ações seria preciso um dia inteiro de discussão, e o que foi apresentado foi um balanço, e considerando ser este um plano decenal estamos pactuando com as secretarias pois existem serviços que demoraram mais a voltar por conta da pandemia, por isso foram repactuados mas não extinguindo; é um planejamento com 266 ações e mais uma vez enfatizando que ele é decenal, então é importante estarmos trabalhando com os prazos do plano, que mesmo sendo decenal, não irá se acabar em 10 (dez) anos, mas certamente será perpetuado na cidade do Recife, como política pública para as crianças.

A SEPIN destaca que pode sim marcar uma outra reunião para mais detalhamentos e que para isso será necessário mais tempo, e essa apresentação foi para suprir o prazo que estava estendido, e o detalhamento dela não caberia em duas horas, com outras pautas para além do monitoramento do plano previsto.

Sobre a valorização dos profissionais ADI's o secretário de educação tem visto essa meta pessoalmente junto com a Procuradoria Geral do Município e estamos aguardando a finalização da análise da PGM como se trata de um projeto de lei, ele não pode ser finalizado na instância da SEDUC.

Agradece a Eduardo pela colaboração e adiantando vários esclarecimentos. Sobre a questão de transferência de recursos é via FUNDEB. Com relação as vagas é justamente o Programa Infância na Creche essa ação está bem adiantada, com expansão de mais de 1000 (mil) vagas nesse primeiro ano e até 2024 estaremos com mais 7000 (sete mil) vagas na rede municipal, é sabido do déficit que é muito grande dentro do Recife e essa não é uma questão só desse município, é uma questão presente nas cidades metropolitanas e Recife está tratando essa dificuldade com grande prioridade, sendo esse o maior investimento na cidade do Recife.

Sobre as questões apontadas sobre os CREAS e os CAPS, Luciana pede que as representantes da saúde e assistência possam falar sobre com mais propriedade.

Agradece a Elizabeth Godim e diz que o Recife tem andado alinhado com os Programas Primeira Infância no SUAS e Mãe Coruja Pernambucana.

Sobre a citação das escolas conveniadas, Luciana destaca que todas estarão contempladas no edital já menecionado e pede desculpas caso não tenham mencionado as escolas conveniadas na sua fala de apresentação.

Sobre o detalhamento das açõe, Luciana destaca que já se adiantou em outras respostas sobre esse ponto e nota ser essa uma demanda geral, visualizar ação por ação, então ressalta mais uma vez que, por tratar-se de um plano decenal é muito importante que não tenhamos essa ansiedade em estar tratando ano a ano, a SEPIN estará sempre atualizando o Comitê Ampliado das ações e execuções trazendo relatório, mas se comprometendo em um médio e longo prazos. O tratamento está sendo muito zeloso trazendo a política pública de primeira infância como prioridade e se compromete a mostrar ação por ação, podemos marcar um extraordinário do Comitê Ampliado trazendo inclusive os pontos focais de cada secretaria, mas hoje, infelizemente não foi possível fazer por questão de tempo, mas ficamos no aguardo de uma nova data, totalmente à disposição do COMDICA para que possamos estar monitorando e construindo juntos.

Eduardo agradece as respostas, considerando esclarecedoras e já adianta da necessidade de um nova data possivelmente para um encontro extraordinário e encaminha para as falas seguintes.

Profª Emmanuelle Chaves – NINAPE/ UFPE

Como sugestão diante das respostas, nesse próximo encontro de detalhamento, lembrando do material apresentado por Bruna da SEPLAG e os gráficos que mostram as ações que já haviam sido executadas e seria interessante sabermos quais são esses indicadores que dão a vocês a ideia de que essas ações foram cumpridas, que de fato foram realizadas, considerando que com base no que você falou, sendo o plano decenal, uma vez tais ações realizadas, não se volta mais para elas ou se há algo ao longo desses 10 (dez) anos que sinalizam para essas ações já concluídas. Inclusive das demais: das não realizadas, das inicializadas e em desenvolvimento.

No contexto da universidade a Profª Emmanuelle fala sobre os aspectos dos desafios da pesquisa e exemplifica: Do ponto de vista histórico pensando nos 10 (dez) anos, quais são os maiores desafios que as secretarias estão enfrentando para implementar e dar conta disso tudo nesse tempo. Exemplo: A pandemia do COVID 19. É importante que esses desafios sejam apontados ao longo do tempo, para vermos se eles conseguira m ser superados e pensando num próximo plano nós teremos outras perspectivas de desafios na implementação de um plano.

Necy Soares – Conselheira Tutelar RPA 01

Faz uma complementação a fala de Geraldo e menciona que ao olhar para o PMPI fica agradecida e feliz pela cosntrução e por fazer parte desse processo. Porém destaca que o conselho tutelar é um órgão que está na ponta e cada vez que vamos lendo essas metas e vai ouvindo o que foi feito, bate a preocupação porque diverge da realidade que a gente vivencia; a questão da saúde principalmente relacionada a saúde mental de crianças e adolescentes com transtornos mais diversos. Na RPA 01 existe um CAPS infantil que é o Zaldo Rocha que ele sequer tem uma administração, para vocês terem uma ideia, existe ainda uma fila de espera, e digo isso por ser mãe de uma adolescente autista, normalmente quando chega no Conselho Tutelar pais de crianças com algum transtorno os atendimentos são direcionados à ela pela minha vivência.

Esses pais e responsavéis tem passado cerca de 02 (dois) a 03 (três) anos na fila de espera de um CAPS que falta terapeuta ocupacional, psicólogo. E quando se fala que é um diferencial da gestão municipal esse olhar para a primeira infância, a conselheira se diz muito preocupada, é sabido que o plano é decenal, mas é preciso se estabelecer prioridades nesse plano e assim Saúde e Educação a meu ver é prioridade, mas na vivência não tem sido prioridade. É fundamental a revisão do que já foi contemplado nessas metas na Saúde e Educação, principalmente no tocante a saúde mental na primeira infância, mesmo estando ciente da questão do corte de verbas federais, existem questões como essa que exemplifiquei (no CAPS infantil da RPA 01 não ter uma administração) crianças em fila de espera de 03 (três) anos;

No tocante a educação já foi dito todo o processo que o conselho tutelar vem enfrentando, mas é preocupante quando nós falamos que o plano é decenal, mas as crianças que desde o ano de 2016 quando me tornei conselheira tutelar, seus pais solicitaram vagas nas escolas ou creches e não foram atendidas, crianças que tinham 04 anos de idade e hoje estão com 08 anos de idade, e que deveriam estar no segundo ou terceiro ano do ensino fundamental, assim essa primeira infância que não foi atendida esta refletindo hoje, claro com o agravo da pandemia que possivelmente traz um número bem maior. Ótimo o alcance das 1000 vagas e em 2022 mais 1000, porém eu preciso dizer que isso não vai ser suficiente precisamos pensar outros meios e alternativas, inclusive o edital com as escolas conveniadas, mas as inscrições foram poucas e não será suficiente para absorver a demanda.

Então se educação é prioridade nessa gestão é preciso parar e rever essas metas do PMPI sentar com os envolvidos e construir suas prioridades.

Eduardo reforça a necessidade do uso do SIPIA para que possa se perceber quais as áreas e territórios apresentam maiores demandas em relação aos direitos da criança e do adolescente a nível de prioriadades nos investimentos.

Paulo Germano Frias – Conselheiro do COMDICA suplente Saúde

Agradece as apresentações e coloca que todos os pontos foram bastante elucidativos. E em tempo agradecer as intervenções que ele como conselheiro governamental no COMDICA observa como questões que precisamos enfrentar, e todas as falas anteriores sinalizam para nós o quanto que estamos necessitando aperfeiçoar.

Todo plano foi estruturado e pensado durante 01 (um) ano naquelas coisas que são estruturantes e menos do que é muito periférico, então as ações elas foram centradas na face introdutória do diagnóstico sinalizando para os territórios com maior vulnerabilidade. Nesse sentido o PMPI já dá sinais de que estamos trabalhando com a diversidade e as desigualdades e a apresentação dos detalhamentos é importante para podermos ver onde fato estamos avançando e lembrando que esse é o relatório do primeiro ano de 2021 do PMPI, esse é um momento muito particular para entendermos como vai se dar esse processo e além do Comitê Ampliado tem a Comissão da Primeira Infância do COMDICA que já está pensando como vamos montar um plano de monitoramento e avaliação do COMDICA e uma consultoria para dar esse suporte aos trabalhos, independente do que a administração governamental vai fazer na prefeitura do Recife.

Como técnico da Secretaria de Saúde, Paulo diz que no ano de 2021 foi fechado o PPA e que 2022 é o primeiro ano de um novo PPA então, tudo que está contemplado no PMPI pode ser agora pensado de uma forma mais clara para esse PPA que começa agora em 2022.

As questões colocadas pela conselheira tutelar Necy são extremamente relevantes e as ações da Sesau estão sendo pensadas para fortalecer a Atenção Primária a cidade de fato só tem 02 (dois) CAPS infantis e o Zaldo Rocha é o único que atende a faixa etária de de crianças até 05 anos, existe um projeto no distrito sanitário V de um levantamento da questão dos espectros especificamente e dizer que o lugar de acompanhamentos não pode ser apenas nos CAPS, mas em toda a rede de Atenção Primária, de fato, temos muito para avançar e Necy coloca com muita precisão isso e a secretaria de saúde no seu plano municipal também sinaliza com muita clareza o fortalecimento da Atenção Primária, e esse tensionamento e as contribuições que vão vir desse espaço e de muitos outros serão muito enriquecedores para todas as áreas e para a Saúde em particular.

Rosângela Fontes – SDSDHJPD Conselheira do COMDICA suplente

Sobre o edital para o concurso público da SDSDHJPD não foi possível incluir o cargo de advogados para os CREAS pois na Lei da Política de Assistência Social não faz parte esse profissional, então foram realizadas várias reuniões com a Procuradoria para que eles entendessem a Política da Assistência Social e a necessidade desse profissional no serviço para termos essa aprovação e estamos nesse momento elaborando uma lei de criação de cargo onde vai ser incluído o advogado; para esse profissional poder fazer parte desse quadro de profissionais da assistência social.

Eduardo destaca que essa ação está prevista no Plano Municipal Socioeducativo e foi monitorada pelo SIMASE que gerou todo esse diálogo até termos esse avanço e em breve a SDSDHJPD espera efetivar essa ação.

Final do segundo bloco de perguntas e comentários.

Luciana, agradece aos esclarecimentos dos representantes das pastas da assistência social, direitos humanos, saúde e adiantamento das respostas.

Sobre as sugestões dadas pela Profª Emmanuelle, Luciana diz que está de pleno acordo e que essa reunião para detalhamento conforme bem sugerido. As ações mesmo concluídas no ano, são contínuas e permanecem sendo monitoradas ano a ano através dos relatórios.

Informes:

Aurely informa que o COMDICA recebeu 22 (vinte e dois) exemplares da SEPIN e irá distribuir para os/as conselheiros/as da comissão primeira infância e do Comitê Ampliado que não estiveram na apresentação do Relatório e não receberam o material impresso, serão enviados 02 (dois) exemplares para as 32ª e 33ª PJDCC e também para a coordenação colegiada. Por serem poucos, a SEPIN nos informou que numa segunda remessa de impressão disponibilizará outros, todavia, nos encaminhou o arquivo em PDF e já encaminhei para os e-mails de todos/as que são membros do Comitê Ampliado e também está disponível para download no portal do COMDICA através do link http://comdica.recife.pe.gov.br/comit%C3%AA-primeira-inf%C3%A2ncia.
Ficamos de saldo 14 (catorze) exemplares e vamos elencar por prioridade dos órgãos representantes e enviaremos, para além de que o COMDICA também precisa ter em seus arquivos um exemplar físico.

Profª Valéria Nepomuceno pergunta no chat se o material exposto na reunião será compartilhado. A secretaria sinaliza que sim, assim que finalizar a reunião ela disponibilizará para o e-mail do COMDICA.

Com relação a data do encontro extraordinário o grupo poderá discutir qual a data escolhida através do grupo de WhatsApp.

Deliberações:

Agendar uma reunião extraordinária do Comitê Ampliado;

Reunião encerrada com agradecimentos finais dos presentes. O calendário da próxima reunião do comitê será acordado e disponibilizado posteriormente, no grupo de WhatsApp do Comitê e assim as comunicações para além dos e-mails também serão socializadas no grupo. A ata desta reunião será publicada no portal do COMDICA e remetida para os e-mails de todos/as membros do Comitê Ampliado.

LISTA DE ANEXOS CITADOS NA ATA
Apresentação do I Relatório de Execução do PMPI Recife (2020 – 2030)

Obs: Registro de reunião em imagem e áudio no banco de dados do COMDICA Recife.

Recife, 01 de junho de 2022

Sistematização: Aurely Macedo
Técnica Sociopedagógica – COMDICA Recife
Psicóloga CRP 02/16917